

MÍDIA NEGRA E FEMINISTA

ANO XXII - EDIÇÃO Nº257 – AGOSTO 2026

Quilombos: a resistência negra no Brasil



Por Wagner França - O primeiro quilombo de que se tem notícia no Brasil surgiu ainda no século XVI, na região onde hoje fica o estado de Alagoas. Mas foi o Quilombo dos Palmares — que existiu por quase cem anos, entre o fim dos anos 1500 e 1695 — que entrou para a história como o maior e mais duradouro símbolo da resistência negra nas Américas. Palmares chegou a abrigar mais de 20 mil pessoas, entre negros fugidos da escravidão, indígenas e até brancos excluídos do sistema colonial. Não era só um esconderijo: era um território livre organizado, com lideranças como Ganga Zumba e, claro, Zumbi, cuja morte em 20 de novembro de 1695 transformou-se no Dia da Consciência Negra. Por todo o Nordeste, especialmente na Bahia, Pernambuco, Maranhão e Sergipe, centenas de quilombos nasceram como resposta à brutalidade da escravidão. Eles surgiam de fugas planejadas, muitas vezes com apoio de redes de solidariedade entre escravizados urbanos e libertos. Recriavam modos de vida africanos, mesclados com saberes indígenas e com o que era possível retirar da terra. Segundo o Censo 2022 do IBGE, o Brasil tem 1.327.802 pessoas quilombolas, o equivalente a 0,65% da população. Desse total, 68% vivem no Nordeste. A Bahia lidera com quase 400 mil quilombolas, seguida pelo Maranhão (cerca de 270 mil). A maioria dessas comunidades ainda luta pelo básico. Das mais de 6.000 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes de quilombos, apenas cerca de 7% possuem o título de propriedade da terra,

segundo dados do Incra e da Conaq. Milhares de famílias vivem sob ameaça constante de expulsão. O artigo 68 da Constituição de 1988 pela primeira vez reconheceu aos remanescentes das comunidades dos quilombos a propriedade definitiva de suas terras. Um avanço histórico, mas que na prática esbarra em burocracias, interesses políticos e, cada vez mais, na violência do agronegócio e da grilagem. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Pátria Latina.

Cinquenta anos depois de Soweto; uma luta sem documentação não é uma luta

Por Tings Chak - Os fotógrafos sul-africanos que lutaram contra o apartheid não se limitaram a registrar a brutalidade. Eles preservaram evidências, construíram uma memória coletiva e transformaram a câmera em uma arma de educação política e solidariedade internacional. Imagens reproduzidas infinitamente em cartazes e serigrafada em milhões de camisetas ao longo da década de 1980 pelo movimento internacional de solidariedade anti-apartheid, desde a Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia, África e América Latina (Ospaal) em Havana e o Movimento Anti-Apartheid (AAM) em Londres até o Medu Art Ensemble em Gaborone, Botswana. Juntos, esses grupos tornaram visíveis as brutalidades do regime de apartheid e ajudaram a mobilizar um movimento global em direção à sua derrota. Em 16 de junho de 1976, entre 3 mil e 10 mil estudantes marcharam em onze colunas em direção ao Estádio Orlando. Sua queixa imediata era a imposição do africâner como língua de instrução nas escolas africanas, decretada sem consulta. A reivindicação mais ampla era a Educação Bantu. O primeiro-ministro Hendrik Verwoerd havia planejado ao longo de duas décadas, um sistema “separado e inferior” projetado para ensinar às crianças negras que não havia lugar para elas além de sua força de trabalho. O Conselho Representativo dos Estudantes de Soweto – liderado por Teboho “Tsietsi” Mashinini, de 19 anos, Murphy Morobe, de 19 anos, e Seth Mazibuko, de 16 anos – havia decidido iniciar a marcha na Escola Secundária Naledi no dia 13 de junho. Os primeiros tiros foram disparados por volta das 9h30. Lesley “Hastings” Ndlovu, de 15 anos, foi a primeira criança morta; Hector Pieterse foi a segunda. Ao final do dia, havia pelo menos 23 mortos em Soweto, a maioria deles estudantes e jovens; ao final do ano, mais de 700 foram mortos em todo o país. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

O Estado do século XXI e a soberania sobre dados em conhecimento estratégico

Por Marcio Pochmann - Pela primeira vez na história, poucas e grandes empresas privadas caminham para possuir mais conhecimento sobre uma nação do que o próprio Estado nacional. Não haverá soberania nacional quando o conhecimento mais profundo sobre o país estiver armazenado em servidores privados localizados fora de seu território. Poucas vezes na história a humanidade assistiu a uma transformação tão profunda quanto a que vivemos atualmente. Não se trata apenas da substituição de máquinas por computadores, nem da troca de fábricas por plataformas digitais. O que está em curso é uma mudança na própria natureza do poder. Se a Revolução industrial reorganizou a economia em torno da máquina, a transformação digital reorganiza a sociedade em torno dos dados, dos algoritmos e da inteligência artificial. O século XX foi moldado pela indústria. Este início do século XXI está sendo moldado pela capacidade de produzir, integrar e transformar dados em conhecimento estratégico. O ativo decisivo das nações deixa de ser apenas o capital físico e passa a incluir o patrimônio informacional. A riqueza já não depende exclusivamente do controle de fábricas, energia, infraestrutura e força de trabalho, mas também da capacidade de organizar redes digitais, desenvolver inteligência artificial, comandar fluxos de informação e antecipar comportamentos. É essa capacidade de antecipação que define o novo capitalismo. Antes, a fábrica disciplinava corpos, agora, os algoritmos influenciam escolhas, desejos e expectativas. Se o relógio regulava o tempo do trabalhador industrial, as plataformas digitais regulam nossa atenção. Se a publicidade vendia mercadorias, a inteligência artificial comercializa previsões sobre nossos comportamentos. O

capitalismo contemporâneo não deseja apenas vender produtos: deseja prever, induzir e capturar condutas. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: A Terra é Redonda.

IA, eleições e as ameaças permanentes à democracia

Por Eliara Santana – Há um processo crescente e incontrolável de manipulação pelo uso indiscriminado da tecnologia como arma política. é imensa a chance de haver ataques coordenados de desinformação com IA nesta eleição. “Os avanços na inteligência artificial (IA) oferecem a perspectiva de manipular crenças e comportamentos em nível populacional. Grandes modelos de linguagem (LLMs) e agentes autônomos permitem que campanhas de influência alcancem escala e precisão sem precedentes. Ferramentas generativas podem expandir a produção de propaganda sem sacrificar a credibilidade e criar, a baixo custo, falsidades que são consideradas mais semelhantes à escrita humana do que aquelas escritas por humanos”. Trecho do estudo “How malicious AI swarms can threaten democracy” (“Como enxames maliciosos de IA podem ameaçar a democracia”, em tradução livre), que foi publicado na revista Science em janeiro de 2026. Pesquisa, do InternetLab divulgada pela Agência Pública em fevereiro, mostrou que metade dos usuários de WhatsApp afirma já ter utilizado algum recurso de inteligência artificial no aplicativo, que parte significativa dos entrevistados disse acreditar já ter recebido conteúdos políticos ou eleitorais produzidos com IA sem saber e que a outra parcela afirmou que não consegue identificar quando imagens, vídeos ou áudios são falsos ou manipulados. O relatório 2026 do Painel Internacional sobre o Ambiente de Informação (International Panel on the Information Environment – IPIE), reuniu experimentos científicos que analisaram a percepção das pessoas em relação à desinformação gerada por IA. O estudo mostrou que os textos produzidos por inteligência artificial, usando os grandes modelos de linguagem LLM, são cada vez mais críveis. Trocando em miúdos: as pessoas têm cada vez mais dificuldades em identificar e entender como falsos os textos e conteúdos produzidos por IA. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Jornal GGN.

Danièle Obono: O antirracismo é uma questão de classe

Thomas Glasman entrevista Danièle Obono | Tradução: Pedro Silva - Em menos de um ano, a França irá às urnas para eleger um novo presidente. Duas das figuras mais dominantes da política francesa na última década não estarão na disputa. O presidente Emmanuel Macron está constitucionalmente impedido de concorrer a um terceiro mandato consecutivo, enquanto Marine Le Pen, líder do Reagrupamento Nacional (RN; antiga Frente Nacional), está impedida de se candidatar após sua condenação por peculato. Em seu lugar, o presidente do RN, Jordan Bardella, de trinta anos, lidera as pesquisas tanto no primeiro quanto no segundo turno. A esquerda francesa, no entanto, permanece dividida. O relativo sucesso da Nova Frente Popular (NFP) — uma aliança eleitoral que reúne grande parte da esquerda e que, em 2024, se tornou o maior bloco na Assembleia Nacional — deu lugar a crescentes tensões entre os partidos que a compõem, principalmente o França Insubmissa (LFI) de Jean-Luc Mélenchon e o Partido Socialista (PS). Danièle Obono, deputada do LFI por Paris na Assembleia Nacional desde 2017, e uma das vozes antirracistas e internacionalistas mais proeminentes do partido, argumenta que somente uma coalizão enraizada tanto na política de classe quanto no antirracismo pode derrotar a extrema direita. Leia a [entrevista](#) na íntegra. Fonte: Jacobin Brasil.

Como combater o feminicídio?

Por Isadora Vianna Sento-Sé - O crime nunca se resume a um episódio isolado: é ciclo contínuo alimentado por violências moral e psicológica, além de agressões físicas não letais. O combate não deve transformar a violência em espetáculo, mas ser preventivo, de modo a evitar o escalonamento para crimes hediondos. Em Contrapedagogias de la crueldad, a antropóloga Rita Segato definiu como pedagogia da crueldade o processo pelo qual a violência é naturalizada,

tornando-se parte do cotidiano. Ela conecta a violência de gênero à espetacularização do sofrimento feminino, colocando a mídia como instrumento importante dessa pedagogia. A crueldade é, para Segato, a mensagem. Quando um corpo é destruído com intensidade desproporcional à necessária para matar, o ato deixa de ser crime e vira comunicação, em que o destinatário não é só a vítima; é quem vê, quem ouve, quem reconhece o padrão. Numa sociedade em que a violência contra mulheres é recorrente e visível, a crueldade cumpre uma função pedagógica: ensina quem pode ser destruído e por quem. Ou seja, ela ensina e há quem aprenda. Daí a lógica do espetáculo da crueldade: a violência extrema sobre o corpo da mulher funciona como uma demonstração pública de poder, uma afirmação territorial, um sinal enviado a toda uma comunidade sobre quem possui o direito de vida e morte naquele espaço. A crueldade é, portanto, parte do sistema, e não uma falha. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Outras palavras.

A Red Pill e a violência misógina no Brasil e além

Por Erica Capecchi – A comunidade Red Pill surgiu na internet no início dos anos 2000. No entanto, foi com a criação de um fórum de discussão na plataforma Reddit, em 2012, que ela se transformou em um movimento global capaz de reunir multidões de usuários homens que participam de debates movidos por ressentimento e ódio contra as mulheres. O lema do movimento, “não se arrependa de nada” (regret nothing), remete ao influenciador digital anglo-americano Andrew Tate, que há anos promove discurso de ódio e opiniões extremamente misóginas em seus canais de redes sociais, onde conta com milhões de seguidores – muitos deles jovens. A combinação de misoginia, antifeminismo, autovitimização e mentalidade conspiratória, intrínseca à cultura Red Pill e à “manosfera”, guarda forte ressonância com a ideologia de extrema-direita. Pesquisadores, inclusive eu, têm demonstrado como essas comunidades conseguiram se conectar com a extrema-direita ao entrelaçar a desumanização e a objetificação das mulheres com o supremacismo racial e o discurso de substituição étnica no ambiente online. Contudo, seria limitante tratar o problema da violência misógina como uma questão predominantemente ligada ao movimento Red Pill e à extrema-direita. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Brazil Office.

Pesquisa: 13 anos de avanços legais contra violência política de gênero na América Latina

Em 2018, a vereadora carioca Marielle Franco foi assassinada em um caso marcante do que tem sido identificado como feminicídio político. Dois anos antes, a então presidenta Dilma Rousseff enfrentou publicamente ataques ligados à sua condição de mulher, durante um processo de golpe parlamentar que a afastou do cargo. Os dois casos, amplamente noticiados no Brasil, ilustram um fenômeno presente em toda a América Latina: a violência política de gênero. A pesquisa intitulada “Enfrentamentos Institucionais à violência política de gênero e democracias na América Latina”, recentemente publicada na Revista Agenda Política (UFSCAR), analisou como os países latino-americanos têm legislado sobre o problema. Nosso levantamento cobre todas as leis criadas sobre o tema na região no período entre 2012 e 2025, e monta um panorama ainda pouco sistematizado sobre essa questão: quais países da América Latina têm leis sobre violência política de gênero e o que essas normas realmente estabelecem? Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: The Conversation.

EXPEDIENTE

MÍDIA NEGRA E FEMINISTA

Publicação nacional digital online

Periodicidade: Mensal

EDITOR

Valdisio Fernandes

EQUIPE

Allan Oliveira, Ana Santos, Atilas Lopes, Ciro Fernandes, Davino Nascimento, Denilson Oliveira, Enoque Matos, Flávio Passos, Glauber Santos, Guilherme Silva, Graça Terra Nova, Jeane Andrade, Josy Andrade, Josy Azeviche, Leila Xavier, Lidia Matos, Luan Thambo, Lúcia Vasconcelos, Luciene Lacerda, Lucinea Gomes de Jesus, Luiz Fernandes, Marcele do Valle, Marcos Mendes, Mariana Reis, Mônica Lins, Naira Silva, Patricia Jesus, Ronaldo Oliveira, Poliana Silva, Roselir Baptista, Silvanei Oliveira, Tamiris Rizzo.